

FLÁVIA PIOVESAN

DIREITOS HUMANOS
E O DIREITO
CONSTITUCIONAL INTERNACIONAL

Prefácio de Henry Steiner

Apresentação de Antônio Augusto Cançado Trindade

20ª edição
revista e atualizada

2022

saraiva  jur



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva

Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência editorial e de projetos	Fernando Penteado
Novos projetos	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
Gerência editorial	Isabella Sánchez de Souza
Edição	Deborah Caetano de Freitas Viadana
Produção editorial	Daniele Debora de Souza (coord.) Cintia Aparecida dos Santos Daniela Nogueira Secondo
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Camilla Feix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto Klariene Andrielly Giraldo
Diagramação	Negrilo Produção Editorial
Revisão	Daniela Georgeto
Capa	Tiago Dela Rosa
Imagem de capa	© Stock Photos. Vincent Van Gogh. <i>The red vineyard (Red vineyards at arles).</i> Óleo sobre tela, 1888.
Produção gráfica	Mari Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Vox Gráfica

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-8/9410

P662d Piovesan, Flávia

Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional
/ Flávia Piovesan. – 20. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2022.
768 p.

ISBN 978-65-536-2163-3 (Impresso)

1. Direito. 2. Direitos humanos. 3. Direito Constitucional
Internacional. I. Título.

2022-7 CDD 341.4
CDU 341.4

Índices para catálogo sistemático:

1. Direitos Humanos 341.4
2. Direitos Humanos 341.4

Data de fechamento da edição: 31-1-2022

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL CAE

SUMÁRIO

<i>Agradecimento</i>	7
<i>Nota à 20ª edição</i>	17
<i>Nota à 19ª edição</i>	21
<i>Nota à 18ª edição</i>	25
<i>Nota à 17ª edição</i>	29
<i>Nota à 16ª edição</i>	33
<i>Nota à 15ª edição</i>	37
<i>Nota à 14ª edição</i>	41
<i>Nota à 13ª edição</i>	47
<i>Nota à 12ª edição</i>	51
<i>Nota à 11ª edição</i>	57
<i>Nota à 10ª edição</i>	61
<i>Nota à 9ª edição</i>	63
<i>Nota à 8ª edição</i>	65
<i>Nota à 7ª edição</i>	67
<i>Nota à 5ª edição</i>	71
<i>Nota à 4ª edição</i>	73
<i>Prefácio, Henry Steiner</i>	77
<i>Apresentação, Antônio Augusto Cançado Trindade</i>	79

Primeira Parte

A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E OS TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Capítulo I — INTRODUÇÃO	89
-------------------------------	----

Capítulo II — UM ESCLARECIMENTO NECESSÁRIO — DELIMITANDO E SITUANDO O OBJETO DE ESTUDO	99
a) Delimitando o objeto de estudo: a Constituição brasileira e o Direito Internacional dos Direitos Humanos.....	99
b) Situando o objeto de estudo: os delineamentos do Direito Constitucional Internacional.....	101
c) Justificativas para a opção metodológica.....	104
Capítulo III — A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL — A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	107
a) O processo de democratização no Brasil e a Constituição brasileira de 1988.....	107
b) A Constituição brasileira de 1988 e a institucionalização dos direitos e garantias fundamentais.....	111
c) Os princípios constitucionais a reger o Brasil nas relações internacionais.....	123
Capítulo IV — A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E OS TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....	129
a) Breves considerações sobre os tratados internacionais.....	129
b) O processo de formação dos tratados internacionais.....	132
c) A hierarquia dos tratados internacionais de direitos humanos	137
d) A incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos..	175
e) O impacto jurídico dos tratados internacionais de direitos humanos no Direito interno brasileiro.....	187
f) A emergência de um novo paradigma jurídico	203

Segunda Parte

O SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Capítulo V — PRECEDENTES HISTÓRICOS DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO E UNIVERSALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	211
---	-----

a) Primeiros precedentes do processo de internacionalização dos direitos humanos — o Direito Humanitário, a Liga das Nações e a Organização Internacional do Trabalho	211
b) A internacionalização dos direitos humanos — o pós-guerra	219
c) A Carta das Nações Unidas de 1945.....	228
d) A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948	239
e) Universalismo e relativismo cultural	252
Capítulo VI — A ESTRUTURA NORMATIVA DO SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	261
a) Introdução	261
b) Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos.....	264
c) Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos	272
d) Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais..	278
e) Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	289
f) Demais convenções internacionais de direitos humanos — breves considerações sobre o Sistema Especial de Proteção	292
g) Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial	297
h) Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher.....	303
i) Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.....	312
j) Convenção sobre os Direitos da Criança	317
k) Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias.....	321
l) Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	326
m) Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas	330
n) O Tribunal Penal Internacional, a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio e a Convenção Internacional para a Proteção de todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado	332

o) Mecanismos globais não convencionais de proteção dos direitos humanos	346
Capítulo VII — A ESTRUTURA NORMATIVA DO SISTEMA REGIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS — O SISTEMA INTERAMERICANO	359
a) Introdução	359
b) Breves considerações sobre a Convenção Americana de Direitos Humanos	365
c) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	370
d) A Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	377
e) Impacto do Sistema Interamericano e a Emergência de um Constitucionalismo Regional Transformador: um <i>Ius Constitutionale Commune</i> na América Latina.....	406

Terceira Parte

O SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E A REDEFINIÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL

Capítulo VIII — O ESTADO BRASILEIRO E O SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....	415
a) A agenda internacional do Brasil a partir da democratização e a afirmação dos direitos humanos como tema global.....	415
b) O Brasil e os tratados internacionais de direitos humanos	420
c) Pela plena vigência dos tratados internacionais de direitos humanos: a revisão de reservas e declarações restritivas, a reavaliação da posição do Brasil quanto a cláusulas e procedimentos facultativos e outras medidas	426
Capítulo IX — A ADVOCACIA DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS: CASOS CONTRA O ESTADO BRASILEIRO PERANTE O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS.....	439
a) Introdução	439
b) Federalização das violações de direitos humanos.....	441

c) Casos contra o Estado brasileiro perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos	447
d) Análise dos casos — limites e possibilidades da advocacia do Direito Internacional dos Direitos Humanos no Brasil.....	483
e) Casos contra o Estado brasileiro perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos	492
Capítulo X — ENCERRAMENTO: O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E A REDEFINIÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL.....	503
Capítulo XI — SÍNTESE.....	515

APÊNDICE

Instrumentos Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos	535
Carta das Nações Unidas — Preceitos.....	540
Declaração Universal dos Direitos Humanos	542
Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos	547
Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos	564
Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos para a Abolição da Pena de Morte	568
Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	571
Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	581
Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio	590
Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.....	593
Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes	605
Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher	618
Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra A Mulher	630
Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial.....	636

Convenção sobre os Direitos da Criança	648
Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.....	666
Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	693
Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica).....	697
Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador)	719
Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura.....	728
Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará)	734
<i>Bibliografia</i>	743